

# SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E ANGOLA AO FIM DE TRINTA ANOS UM ENSAIO CRÍTICO<sup>1</sup>

Ricardo Soares de Oliveira

«**P**ara o governo [de Luanda], o apoio de Portugal é um dado adquirido, pelo que os portugueses acabam por receber muito pouco em troca desse apoio.»<sup>2</sup> Assim me foi resumida, por um alto diplomata ocidental conhecedor destas coisas de forma devastadora e sucinta, a relação que Portugal mantém actualmente com Angola; mas há anos que encontro esta visão, como dado adquirido, em conversas sobre as relações entre os dois países. Nos termos eufemísticos de uma postura portuguesa «digamos, pouco firme»<sup>3</sup>, ou na hipérbole de «um Portugal de joelhos perante Angola»<sup>4</sup>, um número sem fim de observadores tem expressado a sua insatisfação, tanto no que diz respeito à relação propriamente dita como ao modo como sucessivos governos portugueses a têm gerido. Todavia, a natureza problemática da relação bilateral tal como foi reconceptualizada no início dos anos 90 – um dos *open secrets* da vida política portuguesa da última década e meia – está praticamente ausente de discussões públicas sérias e de publicações académicas, cujo carácter se esgota na mini-indústria de entusiasmo lusófono e nas úteis mas enfadonhas descrições factuais do investimento português em Angola<sup>5</sup>. Se compararmos esta ausência com a atenção feroz que a densa teia de relações económicas e políticas franco-africanas inicialmente estabelecidas por Jacques Foccart tem recebido nos últimos anos, ela é injustificada<sup>6</sup>.

O objectivo deste artigo é trazer uma perspectiva crítica, abordar algumas das questões mais negligenciadas e porventura contribuir para um debate honesto sobre as relações bilaterais de um *ponto de vista português*. Apesar de algumas considerações retrospectivas, não pretendo estabelecer um registo exaustivo do historial da relação ou das motivações de todos os intervenientes. O argumento é, em primeiro lugar, que uma série de factores distintos resulta cumulativamente numa política submissa, assimétrica e sem mais-valias para o prestígio e interesse nacional portugueses. Estes factores incluem a dimensão obsessiva de Angola no imaginário colectivo português, um vago idealismo lusófono inquinado por um complexo de culpa pós-colonial, a percepção de que não há alternativa credível ao actual *power bloc* luandense e o receio de retaliação perante uma postura portuguesa mais afirmativa. Em segundo lugar, o artigo defende que um conjunto de

interesses corporativos assaz pragmáticos – actores económicos e actores políticos em áreas tão diferentes quanto a banca, a construção civil, a consultadoria e as forças armadas – assentam a sua lucrativa presença nessa mesma política submissa e constituem

A POLÍTICA PORTUGUESA PARA COM ANGOLA DEVE SER REEQUACIONADA COM GRANDE URGÊNCIA SOB O SIGNO DA IDONEIDADE, DA REAL RECIPROCIDADE POR PARTE DE ANGOLA NO QUE DIZ RESPEITO AOS INTERESSES PORTUGUESES, E DA DISTÂNCIA SAUDÁVEL FACE A FACÇÕES DUVIDOSAS DA ELITE LUANDENSE QUE, DE OUTRO MODO, ACABARÃO POR DANIFICAR A CREDIBILIDADE DE PORTUGAL E DA SUA POLÍTICA AFRICANA.

parte activa e determinante do lóbi que a perpetua. Conclui-se que a política portuguesa para com Angola deve ser reequacionada com grande urgência sob o signo da idoneidade, da real reciprocidade por parte de Angola no que diz respeito aos interesses portugueses, e da distância saudável face a facções duvidosas da elite luandense que, de outro modo, acabarão por danificar a credibilidade de Portugal e da sua política africana.

### **BREVE SUMÁRIO DAS RELAÇÕES BILATERAIS ATÉ 1989**

Não é necessário explicar em grande pormenor que as relações pós-coloniais entre Angola e Portugal não começaram bem. Nos inícios de 1974, o milagre económico da colónia estendia-se a olhos vistos e a guerra parecia confinada a áreas longínquas onde soldados metropolitanos e negros morriam sem qualquer impacto nocivo para as vidas da minoria branca. Menos de dois anos depois, dera-se o êxodo de cerca de 400 mil colonos e a perda de quase todos os seus bens não transportáveis assim como o início de um ciclo de violência de vinte e sete anos que custaria a vida a centenas de milhar de angolanos e a absoluta devastação do país<sup>7</sup>. Angola fora invadida por sul-africanos, zairenses e cubanos, e o MPLA, por um triz, conseguira declarar a independência a 11 de Novembro de 1975, entrincheirado em Luanda. O Governo português, todavia, só o reconheceu em Março de 1976, quando a guerra já havia virado a favor do MPLA, um facto ressentido por Agostinho Neto e que de imediato assombrou as relações bilaterais.

Em Portugal, vários factores de cariz doméstico impediram a normalização da relação com Angola. Sem a raiva «ultra» dos *piets noirs* da Argélia ou até de elementos retornados de Moçambique, que viriam a co-financiar a Renamo nos seus primeiros anos<sup>8</sup>, o peso emocional do *denouement* angolano de 1975 constituiu um passivo nas relações com Luanda<sup>9</sup>. A direita portuguesa não aceitou nem o facto da descolonização nem a forma que esta tomou, e estabeleceu de imediato uma relação de hostilidade verbal (mesmo que inconsequente a todos os outros níveis) para com os governos marxistas dos países africanos de língua portuguesa, e em especial com o de Angola. Curiosamente, esta atitude foi partilhada por largos sectores do Partido Socialista, que ao longo dos anos 80 iriam engrossar as fileiras do turismo à Jamba ordeira e pró-Mundo Livre. Por sua vez, o Partido Comunista Português tentou, até finais da década de 80, manter o monopólio das relações com os seus congéneres africanos, e nesse sentido contribuiu activamente

para o minar das já frágeis relações estado a estado. Para agravar mais o problema, o Presidente Ramalho Eanes e vários governos portugueses que se sucederam de 1976 a 1986 tiveram visões divergentes, e por vezes competitivas, da política externa relativamente a Angola. Este dualismo viria a ocorrer de novo entre o governo de Cavaco Silva e Mário Soares durante o segundo mandato deste último. A um nível inicial, Eanes foi bem sucedido nas suas tentativas de *rapprochement*, incluindo o encontro de Bissau com Agostinho Neto em 1978 e a sua presença (a do único chefe de Estado ocidental) no funeral do primeiro presidente de Angola no ano seguinte<sup>10</sup>. Mas a sua postura, inspirada por Melo Antunes, foi vista pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Aliança Democrática (AD), Freitas do Amaral, como tendo laivos «terceiro-mundistas»<sup>11</sup>. Durante o Bloco Central, as relações foram de mal a pior com a notória hostilidade de Mário Soares e de outros membros do Governo ao regime de Luanda<sup>12</sup>.

Ao mesmo tempo, em Luanda, também a aproximação a Portugal não era muito bem encarada, apesar da proximidade cultural inequívoca entre a classe política angolana e Lisboa. Parte deste ressentimento era o comum ressaibo pós-colonial<sup>13</sup>, mas havia mais: a relação ambivalente com Portugal não é de modo nenhum propriedade exclusiva da elite luandense actual. À desconfiança secular de qualquer colónia em relação à metrópole somara-se nos anos 60 e inícios dos anos 70 uma tendência arrivista dos portugueses de Angola de exaltar as possibilidades da colónia «como um novo Brasil»<sup>14</sup> e de contrastar o seu próprio empreendedorismo com a estagnação de Portugal, tendência esta que deixa marcas nas mentalidades do país. Para mais, logo a seguir à independência, são aqueles que se encontram mais próximos da chama portuguesa (por cor de pele ou educação) que, por crença ideológica ou noção da precariedade do seu estatuto numa Angola pós-colonial, mais necessidade têm de demonstrar a sua hostilidade para com Portugal. Em suma, as fontes que alimentam a coexistência de sentimentos contrastantes (o muito referido «amor-ódio» que Luanda alegadamente sente por Lisboa) são várias e profundamente enraizadas. Mas todas estas tendências foram obviamente maximizadas pela pertença de Luanda e de Lisboa a blocos geoestratégicos opostos e pela hostilidade de russos e cubanos à ideia de uma reconciliação pós-colonial. Apesar da atitude de grande profissionalismo por parte dos nossos diplomatas até 1988<sup>15</sup>, no sentido de gerir a relação bilateral de um modo responsável e despolitizado<sup>16</sup>, apenas uma mudança do foro geopolítico como o fim da Guerra Fria viabilizaria uma nova era nas relações entre Portugal e Angola.

### **A RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES A PARTIR DE 1990**

O ambiente doméstico propício para uma melhoria das relações com Angola estabeleceu-se anos antes do fim da Guerra Fria com a maioria absoluta do PSD em Julho de 1987, o desejo nítido do primeiro-ministro Cavaco Silva e do secretário de Estado da Cooperação, Durão Barroso, de reconfigurar as relações com as ex-colónias e a paz institucional entre a Presidência e o Executivo. Na sequência de quatro anos de interacção

morna, mas mais cordata que durante o Bloco Central<sup>17</sup>, uma série de acontecimentos na África Austral – os Acordos de Nova York em Dezembro de 1988<sup>18</sup> e os falhanços da ofensiva do MPLA em Mavinga e da tentativa de mediação de Mobutu em Gbadolite – deram o sinal de arranque ao vigoroso esforço de Durão Barroso de mediar uma paz para Angola. Esforço este que, para além de incluir um investimento forte nas relações com o MPLA<sup>19</sup>, pressupôs uma aceitação mais explícita da UNITA e do seu vasto lóbi lisboeta, agora congregado no Fórum para a Paz e Democracia em Angola<sup>20</sup>, e, em Janeiro de 1990, uma visita de Savimbi a Lisboa. Como se sabe, estas tentativas de envolvimento português culminaram nos Acordos de Paz de Bicesse de Maio de 1991<sup>21</sup>.

Tendo em mente o que sabemos hoje sobre o estado de espírito belicoso e sem disposição para compromissos do MPLA e da UNITA, a falta de meios da UNAVEM II, as falhas dos acordos de Bicesse<sup>22</sup>, e o desfecho trágico das eleições de Setembro de 1992, é difícil recordar o entusiasmo contagiante dos primeiros meses do processo de paz. Apesar de algumas queixas de Durão Barroso a Murrack Goulding, director do DPKO das Nações Unidas, de que a UNAVEM II estava mal financiada e organizada<sup>23</sup>, muitos portugueses viveram o período com as lealdades divididas e a obsessão partidária do costume – mas com um optimismo claro no que diz respeito ao começo de uma nova fase na vida de Angola. Do ponto de vista económico, o ano de paz foi muito bem sucedido: só nos primeiros nove meses de 1992, o investimento português cresceu 40 por cento em relação ao ano anterior e Angola tornou-se o sexto cliente de Portugal<sup>24</sup>, demonstrando o potencial de uma Angola pós-marxista. Para muitos portugueses que haviam abandonado Angola em 1975, a miragem de um «Eldorado, de novo»<sup>25</sup> e de um recomeço em terras africanas não era uma utopia.

Contudo, e apesar do optimismo empresarial ter continuado até ao Verão que antecedeu as eleições, 1992 testemunha uma erosão muito rápida de elementos importantes para a presença portuguesa em Angola. A reputação da UNITA, que tanto beneficiara dos vários anticomunismos lusos, do saudosismo dos retornados e da hostilidade antiportuguesa

de Luanda, declina irremediavelmente.

Ao mesmo tempo que o MPLA punha de lado o vestuário marxista-leninista em favor de fatos Armani e surpreendia Lisboa com um *savoir-faire* comercial inusitado<sup>26</sup>, o ambiente pós-Bicesse não se prestava aos métodos guerrilheiros de Savimbi. As contradições do seu discurso – «doutor»

AO MESMO TEMPO QUE O MPLA PUNHA DE LADO O VESTUÁRIO MARXISTA-LENINISTA EM FAVOR DE FATOS ARMANI E SURPREENDIA LISBOA COM UM *SAVOIR-FAIRE* COMERCIAL INUSITADO, O AMBIENTE PÓS-BICESSE NÃO SE PRESTAVA AOS MÉTODOS GUERRILHEIROS DE SAVIMBI.

liberal e pró-branco para ocidental ver; antiportuguês, antiluanense, antimestiço e *black power* para audiências Ovimbundu – deixaram de passar despercebidas, e a sua irritação com a «parcialidade» do Governo português foi azedando o *rapport*<sup>27</sup>. Desde logo, Savimbi ameaça companhias que «colaboraram» com o Governo e denuncia a cooperação de oficiais portugueses com as FAPLA<sup>28</sup>. Mas é a deserção dos números dois e três da UNITA – Tony da Costa Fernandes e N'zau Puna – e a subsequente denúncia de métodos

simultaneamente totalitários e medievais de Savimbi (queima de bruxas, massacres de famílias inteiras de dissidentes<sup>29</sup>) que opera uma mudança visível na opinião pública portuguesa<sup>30</sup>. A chacina de duas famílias portuguesas no cabo de São Brás por tropas da UNITA em Maio do mesmo ano consolidou esta antipatia<sup>31</sup>. Desbaratando o capital de boa vontade em alguns círculos da sociedade portuguesa, Savimbi põe Portugal na posição de muitos habitantes destribilizados (brancos, negros ou mestiços) da zona costeira angolana: um receio, provavelmente bem fundamentado, de que não haja lugar para si numa Angola pós-eleitoral controlada pela UNITA.

Ao mesmo tempo que as relações com Savimbi deterioram, as relações com o MPLA melhoram a olhos vistos. Uma vez inumado o comunismo, redescobrem-se continuidades culturais e hábitos partilhados. A elite luandense estudou em Portugal, tem casa em Lisboa onde os seus filhos frequentam o liceu e conta num banco da velha metrópole, não raramente (segredo dos deuses) detém passaporte português, gosta de bacalhau, e mal fala as línguas africanas. Enfim: gente como nós. E o argumento pró-MPLA não é apenas baseado nesta lógica aconchegante, familiar: torna-se ponto assente, até para anticomunistas empedernidos, que o MPLA não só assegura a integridade do território com um projecto *soi-disant* «nacional» como é o garante da filiação angolana na lusofonia pós-colonial, que então começa a ser imaginada, contra o niilismo das «massas selvagens do interior» que *mal falam o português*. A partir de 1992, por estas e por outras razões, a política angolana de Portugal fica refém desta leitura reducionista.

A noção da indispensabilidade do MPLA é já patente na postura pró-governo que o ministro dos Negócios Estrangeiros – possivelmente zangado com a liquidação do «seu» Acordo de Bicesse por Savimbi – adopta na sequência dos massacres de apoiantes da UNITA em Luanda, que começam a 31 de Outubro de 1992, ao descrevê-los nos termos eufemísticos de uma operação de ordem pública. Por um breve momento, o velho lóbi pró-UNITA em Lisboa ferve de novo com as imagens do cadáver de Jeremias Chitunda e o drama de Fátima Roque no Hotel Turismo. O debate subsequente na Assembleia da República acaba por dividir o PS e o PSD ao meio<sup>32</sup>; e em plena guerrilha institucional com o Governo, o Presidente Mário Soares descreve a atitude de Durão Barroso como sendo a de «ter dois convidados para o jantar; um mata o outro, e continuar a partilhar a refeição com o assassino»<sup>33</sup>. Mas a atitude que prevalece – a do Governo – é solidamente pró-MPLA, numa postura alicerçada na interpretação da UNAVEM II sobre a culpabilidade da UNITA, mas na realidade bastante mais parcial. A tendência de fundo do Governo português de olhar o MPLA como única solução para Angola tem agora rédea solta com a nova legitimidade do regime de Luanda. E com o passar dos meses, a barbaridade da UNITA nos seus assaltos às cidades do Planalto (cuja destruição os portugueses puderam seguir nos telejornais) e o assassinio esporádico de portugueses<sup>34</sup> reduz o apoio a Savimbi a grupos cada vez mais restritos<sup>35</sup> e consolida a hostilidade mútua. O resultado, com alguns saltos pelo meio, é o render gradual dos vários actores políticos portugueses à lógica do MNE e o fim das veleidades da Presidência no que diz respeito

a diplomacias paralelas, um facto perfeitamente ilustrado pela visita de Mário Soares a Luanda em Dezembro de 1995, a sua última viagem oficial enquanto Presidente da República<sup>36</sup>. Sem dar à data um significado excessivo, poderá dizer-se que ela encerra o período de reconfiguração das relações bilaterais iniciado em 1989-1990.

Nesta primeira metade da década de 90, Angola respondeu com grande abertura à *détente* portuguesa. Tratava-se, numa perspectiva angolana, de entrar com o pé direito na nova ordem mundial pós-Guerra Fria, e o papel mediador a que Portugal se prestou (com o Governo dos Estados Unidos, que só reconheceria Angola em 1993, mas também com a Comunidade Económica Europeia) foi imprescindível. Para mais, a péssima relação do Governo português com a UNITA e a visão implicitamente pró-MPLA do MNE garantiram que Portugal trabalharia para os interesses do Governo de Angola com aquele esforço extra dos verdadeiros amigos. Findado este papel e a utilidade determinante de Lisboa para Luanda, a relação encalhou na sua condição actual. Tal não se tornou imediatamente óbvio: Portugal continuou a desempenhar um papel relevante (ainda que acessório) nas negociações que culminaram nos Acordos de Lusaca de 1994<sup>37</sup>, e a Secretaria de Estado da Cooperação manteve um perfil alto pelo menos até finais de 1997. Mas nas vésperas do recomeço da guerra civil em 1998, Luanda é já dona de um portefólio invejável de relações internacionais privilegiadas – com grandes potências, médias potências, companhias petrolíferas e outros interesses comerciais – e a UNITA, sob sanções das Nações Unidas, está permanentemente diabolizada. Portugal continua a repetir os charões oficiais – o seu destino como «porta de entrada» ou «ponte» entre Angola e a

Europa. Porém, dois factores tornam-se inegáveis. Em primeiro lugar, o petróleo de Angola permite-lhe uma posição no jogo internacional atípica para um país africano em situação de deliquescência, disponibilizando alianças de grande diversidade que são habilmente utilizadas por uma elite sofisticada mas «não-desenvolvidista»<sup>38</sup>. Angola já não precisa de inter-

O PETRÓLEO DE ANGOLA PERMITE-LHE UMA POSIÇÃO NO JOGO INTERNACIONAL ATÍPICA PARA UM PAÍS AFRICANO EM SITUAÇÃO DE DELIQUESCÊNCIA, DISPONIBILIZANDO ALIANÇAS DE GRANDE DIVERSIDADE QUE SÃO HABILMENTE UTILIZADAS POR UMA ELITE SOFISTICADA MAS «NÃO-DESENVOLVIMENTISTA».

mediários. Em segundo lugar, que as vantagens reais que Portugal pode trazer ao Governo de Luanda são agora mínimas, tanto ao nível da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (de que Angola não precisa) como no que concerne às grandes questões políticas dos últimos cinco anos – a derrota militar da UNITA, as relações com o FMI e o Banco Mundial e, mais recentemente, a realização de uma Conferência de Doadores para a reconstrução do país, que Portugal apoia mas que a maioria dos potenciais participantes rejeita pelas razões que se conhecem.

Existem, sem qualquer dúvida, dimensões positivas na transformação das relações bilaterais operada entre o fim da Guerra Fria e os últimos anos da década de 90. A bagagem ideológica dos primeiros quinze anos foi esvaziada. Algumas cicatrizes de um domínio



colonial pouco iluminado e ainda recente começaram a sarar. Pelo menos a certa altura, Portugal conseguiu algum protagonismo nas negociações de paz (infelizmente, sem as consequências ambicionadas). O investimento português em Angola cresceu de modo exponencial. E o minar constante da política de Portugal para com Angola por interesses pró-UNITA e pela Presidência da República terminou. Mas o balanço final é negativo. Portugal veio a colocar todas as suas esperanças numa relação imperfeita com o poder angolano. Pela sua parte, concede a dignidade e pompa devida a um Estado, mas tem de se contentar com uma resposta de Luanda que, beneficiando materialmente certos grupos de interesses económicos portugueses e tratando bem políticos a título *individual e por amizade*, se recusa terminantemente a oferecer reciprocidade condigna nas suas relações com o Estado português. E é esta a relação que temos na actualidade.

### **PORTUGAL E ANGOLA HOJE**

A leitura convencional das relações com Angola e a África lusófona é mais ou menos esta: apesar da sua modesta relevância económica<sup>39</sup>, a dimensão africana da política externa de Portugal desempenha um papel simbólico vital. Em primeiro lugar, esta constitui a «diferença específica»<sup>40</sup> no seio de uma política externa portuguesa fundamentalmente alicerçada nos pilares atlântico e europeu. Em segundo lugar, através de uma versão asséptica e pós-colonial da velha imagética de um Portugal global, afirma-se a notável especificidade do nosso passado e a sua herança linguística e cultural, através da qual pretendemos transcender, agora benignamente e em parceria com os PALOP, o paroquialismo de uma nação europeia de desenvolvimento intermédio. Em suma: a justificação oficial da política africana de Portugal é, no essencial, de extracção idealista, mesmo que uma das suas desejadas consequências – «prestígio» – seja, em última instância, um bem precioso e escasso na esfera internacional.

Todavia, sob o manto diáfano da fantasia lusófona encontramos a nudez forte dos interesses comerciais e do realismo situacionista, particularmente em Angola, onde as oportunidades para tal são substanciais. Isto não quer dizer que o idealismo adjacente seja falso, mas que é aproveitado de modo arguto para estratégias de foro inteiramente diferente. Em Angola, Portugal não é uma grande potência com uma política de fundo alicerçada na necessidade de compreensão do país e das ramificações profundas das suas tendências políticas actuais (Reino Unido, EUA, França, China), mas também não é uma pequena e próspera nação norte-europeia com agendas progressistas e politicamente correctas (Holanda, países escandinavos). O seu entendimento é, por conseguinte (e ironicamente, se aceitarmos a retórica «idealista» oficial<sup>41</sup>), quase deliberadamente restrito, *realpolitik* e egocêntrico. Tal postura é acentuada pelo facto de – esbatido na última década o agitar por vezes pernicioso dos retornados e face ao desinteresse, aliás costumeiro, dos portugueses em relação à sua política externa<sup>42</sup> – estar em perfeita sintonia com a sensibilidade e interesses das corporações que «fazem» a nossa política angolana. A saber, em diferentes sectores: algumas das nossas companhias de maiores dimensões

juntamente com sectores produtivos (por exemplo, o vinícola) que exportam para Angola; as nossas forças armadas<sup>43</sup>, enamoradas da cooperação técnico-militar com as gigantescas FAA (que não revelam indícios de desmobilização ou declínio de relevância no Orçamento de Estado)<sup>44</sup> e para as quais Angola é um imenso «espaço compensatório»<sup>45</sup>; os nossos políticos e, intermitentemente, os diplomatas do MNE, adversos a grandes mudanças e desconfiados de temáticas que interpretam como estranhas à cultura do Palácio das Necessidades. Nenhum destes actores vê com bons olhos o agitar do barco das relações bilaterais porque, do seu ponto de vista, o mar está calmo.

Os interesses económicos são de longe os mais importantes. De acordo com o ICEP, existem cerca de 200 empresas portuguesas em Angola. Angola é o nono cliente português, ao passo que Portugal é o principal fornecedor de Angola. O investimento português está disseminado por quase todos os sectores da economia angolana<sup>46</sup> mas reduzido à expressão mínima naquele que é o mais importante, o do petróleo<sup>47</sup>, que produz 45 por cento do PIB e cerca de 90 por cento das receitas do Estado<sup>48</sup>. Empresas portuguesas estão presentes em peso na banca (BPI, BES), na construção civil (Mota e Companhia, Teixeira e Duarte, Engil), nos cimentos (Secil<sup>49</sup>), nas telecomunicações (PT), na importação de bens de consumo, na área de consultadoria e dos serviços e, bastante menos, na exploração diamantífera (Escom Minig). Num mercado pouco transparente e no qual não existem certezas, esta presença é o produto laborioso de *networking*, conhecimentos locais de longa data, essenciais para qualquer investimento, e, tal como acontece com todas as companhias que operam em Angola, adaptação às características específicas, e às exigências, do ambiente negocial de Luanda<sup>50</sup>. Neste contexto, a maioria dos investimentos portugueses de grande dimensão são bem sucedidos, não só a nível angolano, mas também a nível regional, através de contactos angolanos<sup>51</sup>. Apesar do mercado angolano ter dimensões restritas, é natural que a expansão do sector petrolífero e a disponibilização de mais recursos financeiros venha a aumentar em termos absolutos a presença destas companhias<sup>52</sup>. Se é verdade que, em termos globais, Angola quase não conta para Portugal, estes interesses – que incluem algumas das principais companhias nacionais que encontram em Luanda margens de lucro superiores às de outras operações – para os quais Angola conta imenso e que têm acesso ao poder, constituem um lóbi poderoso e eficaz na elaboração da política angolana de Portugal.

A nível político, existe uma confusão considerável entre os objectivos formais com base no interesse nacional do Portugal do início do século XXI, e objectivos supostamente mais ambiciosos e de *longue durée*. A primeira dimensão diz respeito à penetração da economia angolana por investidores portugueses, à expansão da nossa língua e à preservação de uma boa relação bilateral. A segunda tem que ver com elementos muito mais difíceis de apreender, como o assegurar da integridade territorial de Angola, a afirmação do seu estatuto enquanto potência regional, e o fortalecimento das suas instituições. Deixemos de lado questões evidentes, tais como: até que ponto esta segunda dimensão é operacional, até que ponto ela constitui o interesse nacional angolano, ao invés do por-



tuguês, e até que ponto é que a própria elite de Luanda se preocupa com qualquer delas. O que salta aos olhos nesta segunda dimensão é que é tudo menos «normal» numa relação entre dois estados soberanos. É evidente que Portugal continua a ver Angola como assunto inacabado, como «terra do amanhã», como grande potência in-waiting, e ainda não distingue apropriadamente o que é Portugal e o que é Angola. É neste contexto que a vertente de «idealismo» irrealista da nossa política externa importa ser analisada.

Do mesmo modo que Portugal se vê como «o único verdadeiro amigo de Angola» com intenções genuinamente altruístas, também sente uma desconfiança muito grande (ciúme?) para com as intenções de todos os «estrangeiros» que se envolvem na sua antiga colónia. Se a Global Witness denuncia a corrupção no país, o então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Amado, faz referência à sinistra cabala das «tentativas de isolamento internacional de Angola»<sup>53</sup>. Se os falcões do MPLA defendem a solução militar, lá aparece um coro de apoiantes na Assembleia da República. Em geral, se alguém sugeriu ou sugere qualquer coisa imprópria contra os nossos aliados – corrupção, violência de Estado, o abandono das populações à sua sorte enquanto os 4 x 4 circulam na ilha de Luanda e os restaurantes chiques sorvem petrodólares – lá está o Governo português, fiel amigo, numa posição em que mais nenhum país ocidental se dignaria encontrar e com a qual não ganha nada. Tais atitudes são de tal modo desastradas e contraproducentes para a reputação portuguesa que há que reconhecer que existe nelas uma dose de verdadeira miopia não redutível às pressões de interesses económicos. Ao que parece, debaixo da nudez forte dos interesses comerciais há mais uma camada subcutânea de envolvimento emocional no drama angolano.

O resultado destas contradições só pode ser descrito como uma espécie de «Foccartismo» dos pobres. Tal como no caso francófono, encontramos a personalização da relação, a mistura de linguagem nobre com realidades prosaicas do mais puro oportunismo e mandarins da política externa a explicar-nos meticolosamente as motivações «idealistas» do nosso comportamento «realista».

Mas, afinal de contas, trata-se de um taticismo dos pequeninos, desprovido do mínimo de credibilidade dissuasora e de postura de Estado – porque o verdadeiro objectivo de Portugal não é respeito mútuo mas algo mais parecido com o amor. Portugal quer que o colonialismo seja sublimado no sentido de uma irmandade lusófona, e que gostem de nós. O grande problema é que o Governo de Angola – educado por guerras civis, invasões estrangeiras, um clima regional de cortar à faca, e a competição feroz no seu sector petrolífero – pura e simplesmente não compreende fraqueza. Cada vez que Portugal deixa passar uma prosaica falta de respeito ou oferece o seu apoio de modo incondicional em situações indefensá-

CADA VEZ QUE PORTUGAL DEIXA PASSAR  
UMA PROSAICA FALTA DE RESPEITO OU OFERECE  
O SEU APOIO DE MODO INCONDICIONAL  
EM SITUAÇÕES INDEFENSÁVEIS, O GOVERNO  
ANGOLANO NÃO PENSA: «ESTES SIM,  
SÃO OS NOSSOS LEAIS AMIGOS»;  
PENSA: «VENDEM A VIRTUDE BARATA  
E NÃO SE DÃO AO RESPEITO.»

veis, o Governo angolano não pensa: «estes sim, são os nossos leais amigos»; pensa: «vendem a virtude barata e não se dão ao respeito.» Tal ficou patente nas percepções angolanas de um incidente diplomático entre Portugal e a África do Sul em 1997, em que a expulsão do embaixador português em Pretória não foi sujeita a qualquer tipo de retaliação. Será pouco dizer que, em Luanda, isto não passou despercebido<sup>54</sup>.

Em termos gerais, a herança negativa do reconfigurar das relações com Angola nos anos go, que estabeleceu os parâmetros da situação actual, pode resumir-se a três factos. O primeiro é que, desde então, o discurso do Governo português sobre Angola baseia-se excessiva e quase exclusivamente na utilização imprópria da linguagem Estado a Estado – que é e deve ser o único discurso aceitável nas relações bilaterais, e por conseguinte carrega um peso normativo difícil de questionar. Mas quando tal acontece num contexto, como o angolano, em que o poder político não está institucionalizado e em que a distinção entre partido, Presidência, Governo e Estado é complicada, o resultado inexorável é a promiscuidade com interesses angolanos bastante menos neutros do que a linguagem legalista do MNE pressupõe. Tal intimidade, associada ao silêncio cúmplice que mantemos no que diz respeito à governação de Angola, constitui um sério «risco moral» para Portugal na esfera internacional. O segundo facto tem que ver com o carácter do próprio Estado português, que é simultaneamente omnipresente em todas as áreas da vida portuguesa e pouco autónomo em relação a grupos de interesse. Ao apoderarem-se da retórica «Estado a Estado», tais grupos encontraram uma forma de legitimar uma proximidade e tolerância para com interesses específicos em Luanda que de outro modo não seria possível<sup>55</sup>.

O terceiro facto diz respeito às implicações dos dois anteriores para o comportamento da elite angolana. É um dado adquirido que os angolanos gostam de certos aspectos da antiga metrópole, e que a relação não pode ser resumida à sua dimensão menos cordial. Mas também não há dúvida de que a política actual dá rédea livre ao lado mais recalcado e menos respeitoso dessa complexa teia de sentimentos. A crença portuguesa no imperativo de uma boa relação *no matter what* permite a Luanda o abandono de qualquer noção de reciprocidade concreta (apesar de ser tão adepta quanto Lisboa da retórica solidária), o violar dos direitos de propriedade e o focar de grande arbitrariedade nos portugueses sem altos contactos. Mais do que tudo, a tolerância portuguesa leva à coadunação paradoxal por parte de Angola de duas atitudes. Por um lado, recolhe os benefícios que possam existir de uma relação próxima com o Governo português; por outro, exerce um antiportuguesismo corriqueiro ao nível das suas interacções com cidadãos portugueses, tanto em Angola (no mundo intelectual, nos negócios, nas alfândegas e serviços de fronteiras, na obtenção de licenças de trabalho, nas equivalências académicas para que profissionais possam exercer a sua função em Angola) como no exterior (por exemplo, na Embaixada de Lisboa e no comportamento de membros da elite angolana no Serviço de Estrangeiros da Portela). Se bem que haja uma noção muito concreta por parte de Portugal de que isto é assim, o que é surpreendente é a falta de discussão pública sobre estes assuntos<sup>56</sup>.

A um certo nível, trata-se de uma falha dos meios de comunicação social. Depois do frenesim dos anos 80, em que a cobertura noticiosa de Angola se orientava mais em função de simpatias sectárias do que da deontologia jornalística, a imprensa portuguesa actual cobre Angola de um modo insatisfatório. Os colunistas têm espaço mais do que suficiente para bradar aos céus no que diz respeito à política angolana de Portugal. Miguel Sousa Tavares, por exemplo, tem vindo a tecer críticas de teor semelhante ao deste artigo, ano sim, ano não, ao longo da última década, e não é o único a fazê-lo<sup>57</sup>. Mas a cobertura noticiosa propriamente dita é de uma grande timidez, salvo excepções honrosas como a do jornal *Público*, que desde o início dos anos 90 vem cobrindo acontecimentos em Angola de uma forma bastante honesta, e a do *Expresso*<sup>58</sup>, que o faz de um modo mais irregular. A maioria dos meios de comunicação portugueses não tem correspondente em Luanda e depende da Lusa que, por sua vez, tende a coibir-se de levantar as questões mais espinhosas. O que aparece mais frequentemente são assuntos de agenda (aprovação de leis, visitas oficiais, declarações de ministros), com ocasionais polémicas dos jornais angolanos transpostas na terceira pessoa («O *Semanário Angolense* afirma»). A grande questão – a corrupção –, quando noticiada, é sempre substanciada em fontes externas («A *Global Witness* acusa», «O *Financial Times* escreve», «Hoje na Fundação Mário Soares, X afirmou») e quase nunca na base de investigação própria. Ocasionalmente, quando a cobertura é mais crítica, actores políticos angolanos queixam-se e as relações com órgãos de comunicação específicos deterioram-se. Ausências particularmente notadas incluem as questões que dizem respeito à situação da comunidade portuguesa em Angola e ao lado problemático do envolvimento de actores portugueses na economia angolana<sup>59</sup>. Se tivermos em mente uma comparação com a imprensa de qualidade na Grã-Bretanha ou em França, talvez a tendência mais curiosa no jornalismo português seja o levar a sério de toda a superestrutura institucional angolana *como se existisse ou contasse realmente*. Ao ler sobre Angola na imprensa portuguesa existem: oposição, parlamento, congressos partidários, Ordem de Advogados, provedores de justiça, tribunais isentos, fundações beneméritas, etc.<sup>60</sup> Parte é *wishful thinking* de «fabricante de pátrias lusas», como diria Eduardo Lourenço<sup>61</sup>: Portugal deseja de forma ardente que esta teia institucional exista mesmo. Ler o *Africa Confidential* ou o *Le Monde*, no entanto, é descobrir uma Angola em que o informal e o arbitrário dominam a economia, o Futungo diz sempre a última palavra, as instituições formais não detêm um peso político determinante e por vezes são inoperativas (com a excepção da Sonangol e das FAA), e as companhias portuguesas se movem – e aceitam tacitamente – num universo corrupto e criminalizado que partilham com congéneres israelitas, russas, libanesas, brasileiras, etc., num *sauve qui peut* comercial do mais pragmático que há. Uma Angola que raramente mostra a cara na imprensa de Lisboa.

DEPOIS DO FRENESIM DOS ANOS 80,  
EM QUE A COBERTURA NOTICIOSA DE ANGOLA  
SE ORIENTAVA MAIS EM FUNÇÃO DE SIMPATIAS  
SECTÁRIAS DO QUE DA DEONTOLOGIA  
JORNALÍSTICA, A IMPRENSA PORTUGUESA ACTUAL  
COBRE ANGOLA DE UM MODO INSATISFATÓRIO.

Não que os meios de comunicação social sejam os principais responsáveis desta «sobrevvalorização» do aparelho de Estado angolano: limitam-se a espelhar a visão dos actores institucionais e dos políticos portugueses. E estes fazem-no por duas razões. A primeira é uma extrapolação abusiva do imperativo de relações «Estado a Estado», de acordo com a qual o reconhecer da soberania externa pressupõe a inquestionável aceitação da capacidade de desempenhar funções soberanas a nível interno quando, na verdade, os dois raramente se encontram no Estado africano pós-colonial<sup>62</sup>. A segunda tem que ver com o facto de muita da nossa cooperação tomar lugar nestes contextos, pelo que, até recentemente, dizer que o «Ministério do Turismo» ou o «Ministério do Ambiente» angolanos serão, porventura, denominações apócrifas, seria questionar muito do trânsito institucional entre Portugal e Angola. O que é incompreensível por parte de políticos portugueses tão conscienciosos quanto à ortodoxia protocolar no que concerne as instituições angolanas é o modo recorrente como desinvestem a sua própria estrutura institucional quando tal lhes convém, construindo relações directas com o poder angolano que, por sua vez, deixa de sentir a necessidade de um relacionamento ordeiro com as instituições portuguesas – passando por cima de embaixadores, secretários de Estado e até ministros dos Negócios Estrangeiros por possuir uma «linha directa até ao topo»<sup>63</sup>. É um eufemismo dizer esta «diplomacia do Mussulo»<sup>64</sup> não contribui para a credibilidade das instituições portuguesas. O cúmulo desta tendência atingiu-se durante o governo liderado por Durão Barroso, e foi menor em épocas, como de 1995 a 2002, em que o primeiro-ministro tinha menos interesse no dossiê angolano. Não há aqui qualquer originalidade metodológica por parte dos nossos políticos: as «amizades» africanas e a alienação da política africana do domínio dos Negócios Estrangeiros (nesse caso, em favor da Presidência da República) é um factor saliente da V República em França. Mas essa política personalista, de resto falhada, nunca o foi à custa da pujança institucional da França, que continuou a ser exercida de modo essencialmente majestático. No caso paradoxal de Portugal, parece que quanto mais convites para casamentos e intimidade «entre líderes», menor o respeito pela República Portuguesa.

Onde é que tudo isto deixa a nossa capacidade institucional no que diz respeito a África? Teoricamente, uma política africana de Portugal não sofre de nenhum dos problemas sérios que assolam as suas políticas asiáticas e do mundo árabe, como a falta de recursos humanos com conhecimento aprofundado das culturas, línguas e experiências contemporâneas dessas sociedades. África, e a África lusófona em particular, pode contar com milhares de profissionais no funcionalismo público e na sociedade portuguesa com vivências africanas significativas. Mas já lá vão trinta anos. Alguns dos nossos mais sagazes observadores de Angola já há muito passaram a idade de reforma, e não há sinal de renovação apropriada. O problema é grave porque se trata de um país que o nosso mundo oficial (academia, burocracia, jornalismo, etc.) pensa, devido à proximidade histórica e afectiva inegável, «entender»: mas tal deve-se a presenças físicas durante o período colonial tardio das

quais se extrapola expertise para contextos profundamente alterados. Ao entrevistar alguns burocratas da nossa política africana, vêm-me repetidamente à ideia imagens muito «Jóia da Coroa» de inglês do Raj afirmando do alto da sua suprema ignorância das línguas, culturas, e motivações dos súbditos coloniais: «conheço os meus nativos».

O que não quer dizer que não conheçam! Ainda assim, existe uma excessiva continuidade com temáticas vindas de 1973 em áreas em que os portugueses tiveram envolvimento de nota. Assim, o que não falta em Portugal é gente que pode falar do (quase extinto) sector do café ou da produção de diamantes (de novo viçosa); mas muito poucos compreendem o sector do petróleo ou a economia paralela actual. Poucos especialistas se interessam por realidades totalmente pós-coloniais para as quais «500 anos de presença» pouco importam, como as questões das minas antipessoal e da economia política da ajuda humanitária que mantém uma parte substancial da população angolana viva, entre muitas outras. Alguns apologistas falarão de «vantagens comparativas»: são estas as áreas que compreendemos, são estas em que investimos. Mas nem todos os conhecimentos são igualmente válidos (veja-se o café...) e a falta de «modernização» das nossas instituições científicas no que diz respeito a África acarreta muitas culpas neste processo. Para mais, a substituição pós-colonial operada por quase todas as antigas potências imperiais (por exemplo, através das ONGs ou da investigação médico-científica), não se operou de forma apropriada. Actualmente, vivemos sob o risco de que a rica memória institucional portuguesa sobre Angola, que ainda existe, morra por negligência política e falta de investimento. E nessa altura, não haverá seguidismo tout court, amiguismo das negociatas ou metafísica da lusofonia que nos valha.

## CONCLUSÃO

Sejamos claros quanto ao diagnóstico do problema: Portugal e Angola têm uma relação complexa que resulta parcialmente de uma descolonização infeliz e da pobreza relativa da antiga metrópole, o que de algum modo a diminui perante alguma elite angolana.

Mas a sua configuração actual tem muito mais que ver com escolhas específicas e altamente questionáveis por parte de decisores políticos e grupos de interesses portugueses nos últimos quinze anos do que com uma qualquer «fatalidade» nas relações bilaterais. Em geral, mesmo quando serve os interesses estritamente materiais

PORTUGAL E ANGOLA TÊM UMA RELAÇÃO COMPLEXA QUE RESULTA PARCIALMENTE DE UMA DESCOLONIZAÇÃO INFELIZ E DA POBREZA RELATIVA DA ANTIGA METRÓPOLE, O QUE DE ALGUM MODO A DIMINUI PERANTE ALGUMA ELITE ANGOLANA.

de alguns actores portugueses, é uma política que fragiliza a posição portuguesa e que de modo algum constitui base credível para um relacionamento respeitoso a longo prazo. É uma política sem legitimidade ou base real na sociedade portuguesa e por isso tem de ser reequacionada sem hesitações. Não existem actualmente discordâncias de maior com a premissa de que a política portuguesa se deve basear no respeito pela sobe-

rania angolana e ser sensível às obrigações específicas que Portugal tem perante os cidadãos carenciados deste país. Além do mais, não é certamente função de representantes do Estado português ensinar democracia, ou corrigir as políticas domésticas do Governo de Angola. O que é abusivo e simplesmente inaceitável é a ilação daqui extraída: a de um seguidismo submisso face aos interesses de Luanda que, a título recorrente, roça a passividade perante o lesar objectivo do interesse nacional português. Os exemplos são imensos e importantes, mas o mais pernicioso é o ocasional achincalhar e a falta de respeito que políticos angolanos demonstram perante Portugal e as suas instituições. Por que é que governos portugueses sucessivos têm revelado uma incompreensível continuidade nesta dimensão da nossa política externa?

Em última análise a resposta é simples e não é mais senão isto: o Governo português teme que uma postura mais exigente possa resultar numa birra que lese os interesses

■ O GOVERNO PORTUGUÊS TEME QUE UMA POSTURA MAIS EXIGENTE POSSA RESULTAR NUMA BIRRA QUE LESE OS INTERESSES PORTUGUESES. EM ABONO DA VERDADE, HÁ QUE SALIENTAR QUE TAIS MEDOS NÃO SERÃO INTEIRAMENTE INFUNDADOS.

portugueses, desde o mais materialmente tangível, como o nosso investimento, ao mais metafisicamente sagrado – a coesão da lusofonia e, em particular, a atitude positiva que Angola tem adoptado neste campo. Tal chantagem – se antagonizarmos o Governo angolano, correremos o risco de «perder o comboio»<sup>65</sup> – é o espectro

que assombra as relações bilaterais e dita, ao pormenor, a atitude do Governo português perante Luanda. E ao longo dos últimos quinze anos, tornou-se óbvio que tudo, absolutamente tudo, será tolerado ao Governo de Angola nas suas relações com Portugal.

Em abono da verdade, há que salientar que tais medos não serão inteiramente infundados. Veja-se, a título de exemplo, o tratamento hostil dado aos investidores franceses na sequência do caso Angolagate e das acusações contra Pierre Falcone, o homem de negócios muito íntimo do Futungo de Belas<sup>66</sup>. Devido ao poder discricionário que detém, o Governo de Angola às vezes bate, e com força. Mas a tímida e subserviente política dos últimos quinze anos pressupõe, na mente dos seus arquitectos portugueses, uma dicotomia falsa: de que a única alternativa à cumplicidade acrítica actual é uma ruidosa militância progressista no que diz respeito a direitos humanos, corrupção, etc., que necessariamente antagonizaria a sensibilidade da elite angolana. Ora bem, sem chegar ao extremo do Professor Freitas do Amaral, actual ministro dos Negócios Estrangeiros, que equipara a corrupção portuguesa às suas congéneres africanas<sup>67</sup>, parece-me evidente que nem os nossos governos, nem a nossa sociedade civil têm uma paixão desmesurada pela transparência e outras temáticas «europeias» que só recentemente importámos e ainda nem sequer assimilámos à vida cívica portuguesa. Por ora, tal não é sequer uma hipótese credível. Pelo que existe mais do que espaço político suficiente para uma visão objectiva e construtiva, mas não-messiânica, das relações com Angola. Espaço este que,



repita-se, não é sem riscos, até porque o Governo de Angola, mimado por décadas de política olímpicamente conciliatória de Lisboa, certamente reagiria com alguma truculência a uma mudança da atitude portuguesa, mesmo que tal se operasse numa direcção sem quaisquer consequências adversas para Luanda. Seria, com toda a probabilidade, uma transição recheada de percalços.

Apesar do propósito deste artigo ser o diagnóstico das relações problemáticas entre Portugal e Angola e não o das curas hipotéticas para tais maleitas, queria terminar com uma nota de algum optimismo, porque os laços entre os dois países são de uma profundidade e significado tais que, espera-se, não será a miopia temporal de uma política mal pensada que os devastará. Todavia, a única garantia que conheço para um futuro verdadeiramente harmonioso, «normal» e de plena igualdade soberana entre os dois países reside na reconceptualização de dimensões significativas da política portuguesa para com Angola. A primeira e mais urgente medida consiste em reduzir Angola à sua real importância nas relações externas de Portugal, a de nono cliente português com cerca de quatro por cento do nosso mercado de exportações: um contexto com interesse e relevância, sem dúvida, mas nada de transcendente. A obsessão excepcional com Angola e o envolvimento emocional e faccioso de muitos portugueses com o país, já em fase de algum abrandamento na última década, necessita de ser completado. A segunda medida tem a ver com a construção de um envolvimento *in situ* menos dependente, por um lado, do Estado angolano, e, por outro, das grandes companhias e do *petit blanc* oportunista, que continua a dar mau nome ao pequeno e médio investimento português. Concomitantemente, deverá expandir-se a cooperação ao nível de pelo menos algumas das tais temáticas progressistas («anglo-saxónicas») que tanta antipatia despertam na nossa diplomacia mas que trazem benefícios tangíveis ao povo angolano e, note-se, «ganhos de reputação» para o Governo português ausentes no Foccartismo actual<sup>68</sup>. A terceira medida refere-se à manutenção de uma distância salutar de cliques políticas específicas (como já referi, envolvimento crítico activo não é uma alternativa, por várias razões) e da primazia das relações Estado a Estado, com grande atenção à ortodoxia protocolar e sem personalizações abusivas de ambas as partes<sup>69</sup>. As implicações desta medida para um hipotético futuro convite de casamento a primeiros-ministros portugueses deverão ser óbvias. Finalmente, a quarta medida diz respeito aos tais incidentes bilaterais e às pequenas humilhações, aparentemente sem importância, que são a rotina das relações com Angola. Quando confrontados com comportamentos brejeiros e provocações, quer-se que o Governo português utilize o *tit-for-tat* diplomático, sem escalamentos desnecessários mas também sem medos serôdios – porque a dignidade da República Portuguesa deve estar acima da obtenção de contratos para a construção civil. E, de modo mais lato, que aprenda com o falhanço da política externa francesa em África, em que o *tacticismo realpolitik* e mercantil não conseguiu compensar a falta de visão estratégica e a pobreza moral que a carcomia por dentro. *Rei*

7 DE OUTUBRO DE 2005

- 1 Agradeço as conversas que tive com um grande número de pessoas nos últimos anos sobre a temática deste ensaio e, em particular, o tempo disponibilizado ao longo do Verão de 2005 por vários observadores e participantes directos nas relações entre Portugal e Angola. Manuel Ennes Ferreira, Pedro Aires Oliveira e António Ferreira Gomes leram e comentaram o texto. Dito isto, as opiniões expressas são da minha inteira responsabilidade.
- 2 Entrevista, Washington D.C., Julho de 2002.
- 3 José Eduardo Agualusa, «Deveria ser a base, José, e não um vértice», *Pública*, 20 de Março de 2005.
- 4 Entrevista, Lisboa, Abril de 2005.
- 5 Para uma competente visão analítica da economia angolana ver, entre outros, M. E. Ferreira, «Realekonomik e Realpolitik nos recursos naturais em Angola», *Relações Internacionais* 6 (2005). Esse artigo não discute em detalhe o papel dos actores económicos portugueses em Angola mas define com exactidão o quadro económico e político em que estes se movem.
- 6 Foccart foi conselheiro para África de De Gaulle, Pompidou e Chirac até à sua morte, já octogenário, em 1997, e é justamente considerado o arquitecto do «método» de relações franco-francesas (neocoloniais, personalistas e à revelia da legalidade) que predominou até finais da década passada. Sobre Foccart ver Antoine Glaser e Stephen Smith, *Ces messieurs Afrique* [Paris: Calmann-Lévy, 1992]. Sobre a «chasse gardée» francesa em África, ver, entre muitos outros, Pierre Péan, *Affaires Africaines* [Paris: Fayard, 1983], Jean-François Bayart, *La politique africaine de François Mitterrand* [Paris: L'Harmattan, 1984], Antoine Glaser e Stephen Smith, *Comment la France a perdu l'Afrique* (Paris: Calmann Lévy, 2005) e o mais arruaceiro François-Xavier Verschave, *La Françafrique* [Paris: Stock, 1999].
- 7 Neste contexto, a obra de Christine Messiant, talvez a mais sagaz observadora da vida política angolana, é incontornável. Ver, por exemplo, C. Messiant, «Angola: the Challenge of Statehood», in David Birmingham e Phyllis M. Martin, editores, *History of Central Africa III: the Contemporary Years* (Harlow: Longman, 1998). Sobre a descolonização propriamente dita ver Franz-Wilhelm Heimer, *The Decolonization Conflict in Angola 1974-76* [Genebra: IUHEI, 1979] e Fernando Andresen Guimarães, *Origins of the Angolan Civil War 1977-6* (Basingtoke: Macmillan, 1998). Sobre o impacto económico da descolonização e a gestão da economia angolana durante os anos de «socialismo», ver M. Ennes Ferreira, *A Indústria em Tempo de Guerra, Angola (1975-1991)* [Lisboa: Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional, 1999].
- 8 Ver Alex Vines, *Renamo: from Terrorism to Democracy in Mozambique?* [Londres: James Currey, 1996].
- 9 Sobre o papel dos retornados nas relações com a África lusófona, ver Ricardo Soares de Oliveira, *Portuguese Relations with Angola and Mozambique during the Peace Processes, 1991-94* [dissertação de MPhil, Centro de Estudos Internacionais, Universidade de Cambridge, 1999], pp. 21-24, 39-44.
- 10 Sobre as relações com a África lusófona durante esta década ver Norman MacQueen, «Portugal and Africa: the Politics of Re-Engagement», *Journal of Modern African Studies* 23, no. 1 (1985).
- 11 Shirley Washington, «Portugal-Africa: Toward a New Relationship», *Africa Report*, Março-Abril (1980), p. 18.
- 12 Moisés Venâncio e Stephen Chan, *Portuguese Diplomacy in Southern Africa* [Joanesburgo: SAILA, 1996], pp. 48 e segs.
- 13 A vertente angolana desta relação problemática não pode ser analisada com profundidade neste artigo, mas espera-se que seja abordada proximamente. Uma linha essencial desse hipotético ensaio seria decerto o facto paradoxal (ou talvez não) de que a relação amor-ódio é, antes de mais, uma confusão de sentimentos da elite angolana, culturalmente muito próxima de Portugal, e não da vasta maioria da população de Angola.
- 14 Entrevista, Lisboa, Junho de 1999.
- 15 Ver, neste contexto, o fascinante diário do embaixador António Pinto da França, *Angola: o dia-a-dia de um embaixador (1983/1988)* [Lisboa: Prefácio, 2004]. O seu estilo patricio não só não impede, como até possibilita, uma desarmante candidez no que respeita ao relacionamento bilateral do período e a algumas das patologias que ainda hoje subsistem. Tal honestidade está praticamente ausente do que se escreve sobre Angola em Portugal e merece ser emulada.
- 16 Foi esta a atitude desde 1976, quando o primeiro representante de Portugal em Angola, o embaixador João Sá Coutinho, chegou a Luanda.
- 17 Este período de aproximação equívoca incluiu uma visita do Presidente José Eduardo dos Santos a Portugal em 1987, durante a qual o Presidente de Angola terá surpreendido os seus anfitriões ao pedir colchões para que os guarda-costas pudessem dormir em seu redor no Palácio de Queluz. Para uma discussão desta visita a Portugal, ver Maria João Avillez, Soares: *O Presidente* [Lisboa: Círculo de Leitores, 1997], pp. 133-134.
- 18 Ver Chester Crocker, *High Noon in Southern Africa* [Nova York: Norton, 1992] sobre os sete anos de diplomacia norte-americana que culminaram nos Acordos de Nova York.
- 19 Neste contexto, Durão Barroso notou, com alguma ironia, que a percepção da UNITA de favoritismo português para com o MPLA terá ajudado o *rapprochement* entre os dois governos. *Grande Reportagem* 4 (1990).
- 20 A variedade e as motivações do lóbi pró-UNITA, que incluiu não só os suspeitos do costume mas também gente de credenciais democráticas inquestionáveis, e até uma deputada feminista, constituem um capítulo bizarro e fascinante da nossa história política recente que ainda está por estudar. O que os seduziu na Jamba? Comece-se pelo exercício curioso de descobrir os vários cantos da vida pública portuguesa e das relações com Angola em que estas pessoas presentemente se encontram.
- 21 Sobre as negociações e os Acordos de Bicesse, ver «Portugal e as conversações com a UNITA e o MPLA», *Política Internacional* 1, n.º 3 (1990), «Os Acordos de Paz para Angola», *Política Internacional* 1, n.º 4 (1991) e Moisés Venâncio, «Portuguese Mediation of the Angolan Conflict in 1990-91», Stephen Chan e Vivienne Jabri, editores, *Mediation in Southern Africa* [Basingtoke: Macmillan, 1993].
- 22 É a própria Margaret Anstee, representante do secretário-geral das Nações Unidas para Angola, que o sugere nas suas memórias, *Orphan of the Cold War* [Basingtoke: Macmillan, 1996]. Ver também C. Messiant, «Angola: le retour à la guerre ou la faillite d'une intervention internationale», *Afrique Politique* 1994 [Paris: Karthala, 1994] e Soares de Oliveira, *Portuguese Relations*, pp. 59-62.
- 23 Anstee, *Orphan of the Cold War*, pp. 37-38.
- 24 Por estes meses começa também a ansiedade portuguesa em relação a outros operadores: os jornais de 1991 e 1992 estão cheios de títulos como «Espanha parte à conquista de Angola» e de notícias alarmantes sobre investimentos franceses e brasileiros.
- 25 Entrevista, Lisboa, Junho de 1999.
- 26 O processo de rápida conversão da elite ao capitalismo predatório é descrito em Manuel Ennes Ferreira, «La reconversion économique de la nomenclatura pétrolière», *Politique Africaine* 57 (1995).
- 27 Para além da antipatia pessoal que Savimbi sentia por António Monteiro e Durão Barroso, isto incluiu a presença de Cavaco Silva [durante uma visita a Angola em Setembro de 1991] num «encontro» em Luena que se revelou um verdadeiro comício do MPLA, e a sua partida do país sem ter encontrado Savimbi, em parte porque Savimbi temia uma visita a Luanda. Tal como na visita de Mário Soares em 1995, a preocupação [correcta] do Governo português era a de não reconhecer «duas capitais».
- 28 Em Maio de 1990, a UNITA já tinha acusado o «Brigadeiro Pezarat Correia, os coronéis Vasco Lourenço, Sacramento e Ramos Gonçalves, o major Abreu, o tenente coronel Monteiro e o Capitão Lopes» de estarem envolvidos na assistência a Angola. Ver «UNITA acusa oficiais portugueses de darem ajuda à ofensiva de Mavinga da FAPLA», *Expresso*, 26 de Maio de 1990.

- 29 Ver William Minter, *Apartheid's Contras* (Londres: Zed Books, 1994), pp. 217-225.
- 30 Ver Soares de Oliveira, *Portuguese Relations*, pp. 63-72.
- 31 Ver *Público*, 15 de Maio de 1992.
- 32 Ver Soares de Oliveira, *Portuguese Relations*, pp. 73-8.
- 33 Ver *O Independente*, 6 de Novembro de 1992.
- 34 Só no final de 1992, a UNITA foi responsável pela morte de três portugueses perto do aeroporto de Luanda, de três angolanos de origem portuguesa no Huambo, e do Doutor David Bernardino, um ilustre cidadão angolano de origem portuguesa, também no Huambo. Sobre estes incidentes ver Pedro de Pezarat Correia, *Angola: do Alvor a Lusaka* (Lisboa: Hugin Editores, 1996), p. 72.
- 35 Alguns observadores com quem conversei pensam que o lóbi UNITA não se desintegrou verdadeiramente até ao fim da década de 90. Em 1997, por exemplo, houve desacordos importantes no Governo quanto à implementação das sanções das Nações Unidas contra a representação da UNITA em Portugal. Em Julho de 1999, uma declaração do Presidente da Assembleia da República Almeida Santos em apoio da «solução militar» para o conflito gerou cisões inpartidárias que espelharam os lóbis do início da década. No entanto, nenhum destes eventos questionou seriamente a relação privilegiada com o governo de Angola ou a criminalização da UNITA.
- 36 Ironicamente, a visita foi interpretada por vários políticos do MPLA como um gesto de magnanimidade *seu* para com um crítico feroz. A visita foi ameaçada por diversos percalços, incluindo o desejo de Soares de visitar Savimbi no Bailundo, mas acabou por ser muito bem sucedida, eliminando até hoje a ocasional dualidade institucional portuguesa para com a situação angolana. O mesmo não se pode dizer das relações da família Soares com o MPLA, que continuam tensas.
- 37 Ver Paul Hare, *Angola's Last Best Chance for Peace* (Washington D. C.: United States Institute for Peace Press, 1998). Hare, o negociador americano, elogia o papel do embaixador João Rocha-Paris nas negociações.
- 38 Ennes Ferreira, «Realekonomik e Realpolitik».
- 39 Uma irrelevância já raramente negada no discurso oficial – que eliminou quase por completo a noção, outrora em voga, dos mercados africanos «em paz» como o Eldorado das companhias portuguesas – mas ocasionalmente repetida por alguns analistas que interpretam cada investimento em África como uma etapa gloriosa da internacionalização das empresas nacionais.
- 40 A expressão é do então ministro dos Negócios Estrangeiros Durão Barroso, citado em José Manuel Briosa e Gala, «A situação dos PALOP e as perspectivas da evolução das relações com Portugal», *Nação e Defesa* 71 (1994), p. 82.
- 41 Por outro lado, não restam dúvidas de que o discurso «idealista» oficial é, antes de mais, um *discurso sobre nós e para nós* (que, como José Eduardo Agualusa nota em crónica já citada, é sujeito a interpretações divergentes pelos próprios «lusófonos») e que de modo algum inviabiliza a utilização de estratégias «realistas».
- 42 Há quem avalie este desinteresse de forma positiva: de acordo com um dos entrevistados, «felizmente, a sociedade civil já não se interessa por Angola, o que poupa a política [para com Angola] de ser contaminada por emoção e controvérsia».
- 43 Uma das muitas lacunas no estudo da presença pós-colonial de Portugal em África refere-se à cooperação técnico-militar: nenhuma investigação aprofundada existe neste campo, para lá do ocasional artigo anónimo em revistas militares.
- 44 Mais um exemplo do orgulho português por Angola: como extensão *do que já fomos*, queremos, como notou um dos entrevistados para este artigo, «que eles sejam grandes». Quem ache que os planos de hegemonia continental de Angola são uma megalomania insólita mas desculpável por parte de alguns angolanos mais sensíveis ao número de MIGs da Força Aérea do que à fome dos seus concidadãos, deveria escutar o fervor com que militares portugueses partilham esta visão. Referências a uma «parceria estratégica num Atlântico Sul sófónico» são repetidas com aquela pontinha de insanidade ausente da política mais prosaica do continente europeu.
- 45 Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português* (Lisboa: Dom Quixote, 1979).
- 46 Na Feira Internacional de Luanda (FILDA), por exemplo, a presença portuguesa é sempre a mais numerosa. De acordo com a ANGOP, 113 companhias portuguesas participaram na edição de 2004.
- 47 A GALP tem uma pequena presença em Angola mas não tem dimensões ou capacidade de um envolvimento sério no *upstream* angolano.
- 48 Estimativas de 2002, Fundo Monetário Internacional.
- 49 Gustavo Costa, «Secil investe 60 milhões no Lobito», *Expresso*, 30 de Julho de 2005, refere que esta companhia é «o único caso de pagamento de uma dívida do Estado angolano a empresas portuguesas sem qualquer desconto».
- 50 Ver «África-Portugal: a very old connection», *Africa Confidential*, 24 de Setembro de 2004, «Lisbon: Diplomatic Briefings», *Africa Analysis* 342, 10 de Março de 2000, e «Luanda vue de Lisbonne», *Lettre du Continent* 361, 5 de Outubro de 2000.
- 51 O Presidente do Congo Brazzaville, Denis Sassou-Nguesso, mandou construir um novo aeroporto em Ollombo, perto da sua aldeia natal, orçamentado em 38 milhões de dólares. De acordo com o *Africa Confidential*, a empreitada é da Escom, uma companhia do Grupo Espírito Santo «ligada
- ao Futungo de Belas. Ver «By other means», *Africa Confidential*, 14 de Junho de 2002. Os investimentos portugueses de pequena dimensão, não gozando das mesmas amiza-des, são sujeitos a maior arbitrariedade.
- 52 Em *termos relativos*, é natural que a concorrência de libaneses, brasileiros, malaio, indianos, chineses, russos, israelitas e espanhóis, entre outros [mas não as grandes potências, que continuarão enclausuradas na economia petrolífera], todos eficientes no *networking* e capazes de jogar o jogo local, venha a diluir a fatia portuguesa do mercado angolano.
- 53 Citado por Miguel Sousa Tavares, «Não viram, não ouviram, não leram», *Anos Perdidos (Crônicas 1995-2001)* (Lisboa: Oficina do Livro, 2001), p. 257.
- 54 Agradeço a um dos entrevistados ter partilhado comigo a leitura angolana desta crise, e a um amigo angolano a elucidação subsequente da história.
- 55 O papel viabilizador de alguns dos nossos políticos é aqui fundamental. Quando chega a idade de reforma ou a mudança de governo em Lisboa, Angola – ao contrário de muitos estados deliquescentes de África, onde já mal existe actividade económica de carácter legal – oferece uma brilhante carreira no sector privado a diplomatas e políticos com um papel nas relações bilaterais. Isto vale tanto para portugueses como para *insiders* de outras nações: note-se, por exemplo, o caso norte-americano, em que quase não há registo de ex-funcionários do State Department que não acabem como consultores de uma companhia petrolífera activa em Angola ou *lobbyists* do Governo angolano em Washington D.C. Exemplos incluem Herman Cohen, Jeffrey Davidow, Paul Hare e Witney Schneidman, entre outros. É evidente que o mero facto de ter envolvimento comercial em Angola não significa a pertença a uma «conspiração» [e alguns críticos fortes do modo de gerir a economia angolana pertencem a este grupo], mas não há dúvida que os apologistas do regime abundam nestes círculos.
- 56 Um artigo anónimo recente sobre a «ameaça» do racismo antibranco e mestiço em Angola – em que se mistura, de acordo com o autor, antiportuguesismo com desprezo pelas minorias supostamente privilegiadas do país – deu azo a centenas de comentários em blogs que demonstram a centralidade desta questão. Ver «Uma ideologia perigosa para Angola», *Público*, 10 de Março de 2005.
- 57 A descrição de uma relação de Portugal com África «assente na hipocrisia, nos negócios e no apoio reverente a qualquer ditador ou facção instalado no poder nas antigas colónias» é das mais lapidares que conheço. Ver Sousa Tavares, «Portugal e África», in *Anos Perdidos*, p. 178.
- 58 Ver a interessante reportagem de Cândida Pinto, «Angola: a idade maior», *Única*, 10 de Junho de 2005.
- 59 No que diz respeito à última questão, o recente escândalo, que alegadamente envolverá uma empresa do Grupo Espírito Santo

com actividade maioritária em Angola, levou a uma cobertura de boa qualidade – mas não especificamente em relação às suas actividades africanas. Ver, a título de exemplo, «PJ apreende empréstimos do BES», *Expresso*, 14 de Maio de 2005. Note-se que a falta de curiosidade do jornalismo português no que concerne corrupção e tráfico de influências não é específica ao caso angolano, tendo sido a regra no contexto doméstico português até muito recentemente.

**60** Já notara o embaixador Pinto da França em 1983: «Tudo como se fosse em Lisboa, mas depois vem o conteúdo»... [Pinto da França, *Angola*, p. 31].

**61** Lourenço, *Labirinto da Saudade*, p. 43.

**62** Ver Robert H. Jackson, *Quasi-States: Sovereignty, International Relations and the Third World* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990).

**63** Entrevista com jornalista angolano, Luanda, 24 de Janeiro de 2004.

**64** Sousa Tavares, «África e Portugal».

**65** Pinto da França, *Angola*, p. 69.

**66** Sobre a relação tempestuosa entre Angola e França na sequência do Angolagate, ver, a título de exemplo, «L'affaire Falcone pèse sur le voyage de M. de Villepin en Angola», *Le Monde*, 19 de Julho de 2002, Stephen Smith e Antoine Glaser, «Les hommes de l'Angolagate», *Le Monde*, 13 de Janeiro de 2001 e Fabrice Lhomme, «L'enquête sur L'Angolagate dévoile l'ampleur du système Falcone», *Le Monde*, 24 de Janeiro de 2001. A pressão da Presidência angolana inclui ameaças de «punir companhias francesas para que os tribunais abandonem a investigação». Ver «Total, Bouygues, Air France... en transe!», *La Lettre du Continent*, 451, 15 de Julho de 2004 e «Toujours le chantage sur Total», *Lettre du Continent*, 2 de Setembro de 2004.

**67** Confrontado com a questão da corrupção em Angola, a resposta do ministro foi a seguinte: «Posso ser inteiramente franco consigo? Eu acho que Portugal, em matéria de corrupção não pode dar lições a nenhum outro país do mundo. Infelizmente. Começamos nós por liquidar esse fenómeno cá dentro e então, depois, talvez possamos falar da

nossa experiência perante outros países». Ver «Não podemos dar lições sobre corrupção», *Diário de Notícias*, 20 de Julho de 2005.

**68** Note-se que, como parte de «uma inserção mais ampla da cooperação portuguesa na realidade internacional», o actual secretário de Estado da Cooperação demonstrou vontade de cortar com alguns dos maus hábitos do passado, chegando a sugerir numa conferência de investidores portugueses em África que os métodos actuais terão os dias contados – um acto de *lèse-majesté* inconcebível. Resta saber se a nossa política angolana, que é o produto colectivo de vários e robustos actores da vida política e económica portuguesa, pode ser reconfigurada de apenas um poleiro institucional, mesmo que este seja a Secretaria de Estado da Cooperação. Isto porque, não sendo a primeira vez que secretários de Estado se sentem desconfortáveis com as dimensões da nossa política angolana, a verdade é que esta ainda lá está.

**69** Agradeço a um dos entrevistados este comentário pertinente.